

João Paulo Hecker da Silva

Doutor e Mestre em Direito Processual pela USP, vice-presidente da Comissão de Mediação e Arbitragem da OAB-SP/Pinheiros e da Comissão de Direito Societário do Instituto dos Advogados de São Paulo. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual, do Comitê Brasileiro de Arbitragem e do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual. Professor Convidado do curso de pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

PROCESSO SOCIETÁRIO

TUTELAS DE URGÊNCIA E DA EVIDÊNCIA



Brasília
2014

1ª edição - 2014

© Gazeta Jurídica Editora e Livraria Ltda ME

CIP-Brasil. Catalogação na publicação.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

S58p

Silva, João Paulo Hecker da

Processo societário: tutelas de urgência e da evidência / João Paulo Hecker da Silva. - 1. ed. - Brasília, DF : Gazeta Jurídica, 2014.

432 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-67426-10-5

1. Direito empresarial - Brasil. I. Título.

14-10260

CDU: 347.7(81)

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer forma ou meio, inclusive eletrônico. Sanções previstas nos artigos 102 e 104 da Lei dos Direitos Autorais – Lei 9610, de 19 de fevereiro de 1998 e no artigo 184 do Código Penal – Decreto-Lei 2848, de 7 dezembro de 1940.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELA

GAZETA JURÍDICA EDITORA E LIVRARIA LTDA ME

SHIS. QL 02, Conjunto 5 Casa 14, Lago Sul

CEP: 71610-055 - Brasília - DF

Diretora: ADRIANA BELTRAME

Presidente do Conselho Editorial: PETRONIO CALMON

IMPRESSO NO BRASIL / printed in Brazil



Sumário

INTRODUÇÃO	1
1. Relevância do tema e plano da obra	1
2. Tutela de urgência, tutela da evidência e o tema da tempestividade da tutela jurisdicional	6
3. Celeridade do processo, segurança jurídica e técnica processual aplicada aos processos societários	16
I PREMISSAS METODOLÓGICAS	25
4. Princípios e garantias constitucionais do processo e os pilares para obtenção de resultados justos.....	25
5. Princípio do devido processo legal	33
6. Princípio da celeridade e da tutela jurisdicional em tempo hábil	41
7. Os processos judiciais no contexto da análise econômica do direito.....	48
8. Relações de direito e processo na análise dos litígios societários	63
9. Cautelar e tutela antecipada como gênero das medidas urgentes.....	76

II TUTELA DE URGÊNCIA NO DIREITO SOCIETÁRIO.....	87
10. Limites do controle judicial e seu âmbito nas medidas urgentes.....	87
11. Contraditório e liminares <i>inaudita altera parte</i>	93
12. <i>Astreintes</i>	105
13. Descumprimento das decisões concessivas de medida urgente.....	112
14. Contracautela.....	115
15. Irreversibilidade e reversão das tutelas de urgência concedidas e efetivadas.....	118
16. Antecipação dos efeitos das tutelas declaratória, constitutiva e condenatória.....	122
17. Regime de nulidades no direito societário e seus reflexos nas medidas urgentes.....	149
III TUTELA DA EVIDÊNCIA NO DIREITO SOCIETÁRIO.....	159
18. Tutela da evidência no contexto da quebra da ordinaryidade do sistema.....	159
19. Tutela da evidência, sanção e pedido incontroverso.....	175
20. Tutela da evidência e os processos societários.....	177
21. Interesse do sócio <i>x</i> interesse da sociedade: a dissolução parcial.....	182
22. Interesse social defendido pelo sócio.....	195
23. Conflitos que se desenvolvem fora do âmbito da sociedade: desconsideração da personalidade jurídica.....	197
24. Ainda a desconsideração: verossimilhança, contraditório e ônus da prova.....	205
25. Desconsideração da personalidade jurídica inversa.....	212
IV TUTELAS DE URGÊNCIA E DELIBERAÇÕES SOCIAIS.....	217
26. Extensão do termo suspensão no que se refere a deliberações sociais.....	217
27. Ilegalidades e mecanismos.....	221
28. Necessário equilíbrio.....	230
29. Legitimidade ativa.....	235
30. Acionista que vota contra.....	236
31. Acionista que vota a favor.....	240

32. Acionista que se abstém de votar ou não comparece ao conclave	241
33. Acionista sem direito a voto	242
34. Ministério Público e ações coletivas.....	244
35. Novo acionista; ex-acionista.....	244
36. Voto por procuração.....	246
37. Administradores e conselheiros	247
38. Ações constritas ou oneradas.....	248
39. Subsidiária integral e <i>holdings</i> de participação	250
40. Usufruto	253
41. Legitimidade passiva	254
42. Litisconsórcio e efeitos da decisão	256
V TUTELAS DE URGÊNCIA E OUTRAS QUESTÕES SOCIETÁRIAS	269
43. Produção antecipada de provas em apuração de haveres	269
44. Antecipação dos haveres na dissolução parcial	278
45. Afastamento de sócio (administrador ou não) da sociedade ..	284
46. Arrolamento	293
VI EXIBIÇÃO DE LIVROS OU DOCUMENTOS SOCIETÁRIOS ..	299
47. Exibição de livros e documentos e o direito societário	299
48. Direito de fiscalização do acionista	306
49. Demanda judicial para conferir efetividade ao direito de fiscalização.....	311
50. Inaplicabilidade da Súmula nº 372 do STJ aos casos societários	314
VII MEDIDAS URGENTES NA ARBITRAGEM EM MATÉRIA SOCIETÁRIA.....	321
51. Relevância da arbitragem em matéria societária	321
52. Medidas urgentes e processo arbitral.....	323
53. Jurisdição, arbitragem e limites do poder do árbitro	325
54. Medidas urgentes na arbitragem: necessário esclarecimento ..	330
55. Medidas urgentes preparatórias à arbitragem	332
56. Medidas urgentes satisfativas e preparatórias.....	337
57. Medidas urgentes incidentais à arbitragem.....	340

58. Ainda as medidas incidentais: prejudicialidade entre o processo de execução e o processo arbitral - suspensão da execução	342
59. Revisão da concessão de medida urgente deferida pelo árbitro.....	349
60. Execução das medidas urgentes e as boas relações entre o árbitro e o juiz.....	351
61. Responsabilidade da parte e dos árbitros na medida urgente na arbitragem	357
62. Procedimento pré-arbitral	360
63. <i>Anti-suit injunctions</i>	363
VIII ENCERRAMENTO	365
64. Propostas	365
65. Conclusões.....	367
REFERÊNCIAS.....	381